

O TRABALHO DOS CATADORES (AS), COOPERATIVISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS (SOCIAIS): EXPERIÊNCIAS DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Vanessa José da Rocha¹

DNIT/PB

RESUMO

O desemprego estrutural resultante da inovação tecnológica e o acirramento das desigualdades sociais e de renda demonstram que a lógica de mercado não traz respostas aos problemas sociais engendrados nas contradições imanentes ao modo de produção capitalista. Assim, aumenta-se a demanda dos trabalhadores desempregados, precarizados e informais junto aos movimentos sociais por soluções por meio de políticas públicas de geração e transferência de renda. É nesta perspectiva que a Coleta Seletiva Solidária, pelo trabalho cooperativado, aparece como uma possibilidade de se tornar um exemplo de política pública integrada, ou seja, uma política que contempla a educação, geração de emprego e renda e tratamento adequado dos resíduos. Portanto, estudos sobre as atividades dos catadores e a participação do poder público são fundamentais para o entendimento das especificidades da organização social dos atores envolvidos e da eficiência das políticas públicas sociais focadas no trabalho cooperado e na lógica da economia solidária.

Palavras chave: Trabalho, cooperativismo, catadores, política pública social, emprego, renda.

ABSTRACT

Structural unemployment resulting from technological innovation and the aggravation of social inequalities and income show that the logic of the market does not provide answers to social problems engendered in the contradictions of the capitalist mode of production highly uneven. Thus, it increases the demand of social movements for solutions through public policy generation and transfer of income and social inclusion. From this perspective, the Waste Recycling Partnership, through the cooperative work, appears as a chance to become an example of integrated public policy, ie a policy that affects education, employment and income generation and proper handling of waste. Therefore, studies on the activities of scavengers and participation of public power are fundamental to understanding the specifics of the social organization of the actors involved and the efficiency of public policies related to the topic of cooperative work entered into the logic of solidarity economy.

Keywords: Work, cooperatives, collectors, social public politic, employment, income

Introdução

A partir da crise do modelo de produção industrial baseado no paradigma taylorista e fordista, segundo David Harvey, enquanto *modelo de racionalização da produção no reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa*, e a emergência do modelo dito flexível, qual seja, aquele onde “*as relações de trabalho, os laços de afinidade com os outros não se processam no longo prazo, em decorrência de uma dinâmica de incertezas e de mudanças constantes de emprego e de moradia*” (SENNETT, 1999) que se difunde para outras partes do mundo, ocorre o desemprego estrutural (resultado da inovação tecnológica nas indústrias) e o acirramento das desigualdades sociais. Neste cenário os movimentos sociais do mundo inteiro reivindicam a implementação de políticas públicas voltadas para garantia de direitos sociais e trabalhistas, exigindo o fomento pelo Estado aqui entendido como resultante da força exercida pelas relações sociais sejam elas a favor do capital ou das lutas sociais ou como propôs Poulantzas “*uma relação de forças ou, mais precisamente, a condensação material de tal relacionamento entre as classes e as frações de classe (...)*” (POULANTZAS, 1978).

Em decorrência das mutações no capitalismo, Segundo Ricardo Antunes e Giovanni Alves ‘*o proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais*’².

No caso brasileiro, também houve o aumento da concentração de renda e do desemprego estrutural demonstrando que a lógica de mercado não traz respostas aos problemas sociais engendrados nas contradições do próprio modo de produção capitalista e sua correspondente economia de mercado eminentemente desigual. Deste modo, aumenta-se a demanda dos movimentos sociais por soluções do Estado, via políticas públicas, aqui entendidas *enquanto políticas assistenciais*ⁱⁱⁱ e *como formas institucionais de proteção social que todas as sociedades humanas desenvolvem para enfrentar as “vicissitudes de ordem biológica ou social que colocam em risco parte ou a totalidade de seus membros”*.^{iv} Este tipo de política social se destina essencialmente para a geração, transferência de renda e inclusão social.

É nesta perspectiva que a Coleta Seletiva Solidária, por meio do trabalho cooperativado aparece como uma possibilidade de se tornar um exemplo de política pública integrada, ou seja, uma política que atinge conscientização (educação), geração de emprego e renda (sócio-economia), e tratamento adequado dos resíduos (meio ambiente).

Partimos da tese de que as metamorfoses no mundo do trabalho geradas a partir da consolidação do capital financeiro refletiram o agravamento da desigualdade social gerados pela consolidação e conseqüências do modelo neoliberal, aqui considerado como a renovação, por meio da consolidação do capital financeiro no século XX, dos princípios liberais defendidos por Jonh Locke, em sua obra *Dois Tratados sobre o Governo*, (LOCKE,1690).

Ainda na questão do neoliberalismo, segundo David Harvey, o neoliberalismo “*é a teoria sobre práticas de política econômica que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio*”. Assim, o papel do Estado é criar e preservar um quadro institucional apropriado a tais práticas, sobretudo pela diminuição do Estado a partir da decadência do *welfare state* e a consolidação do chamado Estado Mínimo.

Daí, ao constatar o desemprego estrutural provocado pela economia capitalista globalizada que desencadeou profundas mudanças na ordem mundial e nas relações sociais modernas, assistimos a vários intelectuais do mundo inteiro buscando explicações e respostas ao quadro de alto grau de concentração de renda, fortes impactos ambientais e agravamento da desigualdade social e no mundo do trabalho, inclusive no que diz respeito às relações pessoais e valores morais que alcançaram o pensamento coletivo.

Remontando a idéias bem mais clássicas, resgatamos o conceito de Solidariedade Orgânica de Durkheim, entendendo que é na divisão social do trabalho que se revela a noção de *solidariedade* entre os homens, guardando-se obviamente as devidas proporções, para chegarmos ao conceito da Economia Solidária enquanto base de uma política pública do trabalho, de lógica contrária ao acúmulo de capital; alicerçada na cooperação social e nos laços de solidariedade.

Não se vislumbra aqui, portanto, um tipo de democracia política weberiana, ou seja, aquela restrita à representação política legitimada por meio do voto e amparada pela máquina burocrática ou à marxista que concebia um estado democrático tomado pela classe operária, mas uma democracia muito mais ampla que ampara um tipo de economia de produção não tão concorrente e acumulativa como a que vivemos.

Consideramos como economia de produção “legítima” ou mais justa aquela que possui uma ‘nova forma de produzir, vender, comprar e trocar, buscando formas inovadoras e alternativas de geração de trabalho e renda, numa perspectiva de inclusão social, organizada sob a forma de cooperativas’^v. Esta nova forma de produzir está pautada num tipo de democracia participativa e cooperativista. É nesta perspectiva que iremos analisar a Coleta Seletiva Solidária em João Pessoa, em busca de caminhos para políticas públicas de geração de trabalho e renda para as pessoas excluídas do mercado formal de trabalho.

Para entendermos a evolução que se deu no conceito e nas relações de trabalho do pensamento de Durkheim até a consolidação da globalização e o atual período neoliberal em que vivemos, recorreremos às idéias de David Harvey, que assinalou o efeito da materialização do mercado financeiro, a partir da ‘desindustrialização, do esmagamento do crédito e do desemprego estrutural crônico’ (HARVEY, 2004).

Este pensamento denota como se deu a crise do trabalho gerada a partir da instauração do modelo taylorista e fordista, que achatou a classe operária tida até o século XX, por consequência do pensamento marxista^{vi}, como a principal classe trabalhadora. As mudanças no mundo do trabalho provocadas pela automação fordista acirradas pelo advento do neoliberalismo deram espaço para o surgimento de novas demandas em torno da questão do emprego e do trabalho, considerando que o capital financeiro, aliado às inovações

tecnológicas, levou ao desemprego estrutural e à necessidade de novas formas de trabalho e a conseqüente mudança nas relações e nos movimentos sociais. Segundo Antunes:

Nos últimos anos, particularmente depois da década de 1970, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês (...) ocorrem mutações intensas, de ordens diferenciadas, e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar conseqüências muito fortes no interior do movimento operário, e, em particular, no âmbito do movimento sindical. (2001).

Boaventura Santos, por exemplo, verificou que o debate a cerca da democracia na primeira metade do século XX que apresentava, como concepção hegemônica, a cisão entre *liberalismo* (propriedade privada e liberdade individual) versus *marxismo* (mundo do trabalho como central) foi substituído pelo debate do avanço ou ampliação da democracia rumo à democracia participativa, ou seja, aquela que ultrapassa o elitismo democrático e propicia a participação dos mais variados setores da sociedade por meio da ocupação dos espaços públicos pelos movimentos sociais (2002). Nesta perspectiva, a coleta seletiva solidária aparece como reflexo deste contexto e tentativa de resposta às mudanças impostas pelo modelo atual.

Esta mudança no debate político certamente é conseqüência das mudanças provocadas pelo avanço do capitalismo neoliberal que pelo caráter inerente de desigualdade e avanço do desemprego forçou, pela necessidade de sobrevivência, a criação de novas formas de organização social e econômica que dão espaço para a coleta seletiva solidária, como alternativa econômica de combate ao desperdício e ao consumo desenfreado, gerando novas formas de organização e participação popular por meio das campanhas de conscientização e do cooperativismo.

Outro importante reflexo da globalização e do modelo neoliberal reside no debate sobre os impactos ambientais gerados que levaram a movimentos sociais de cunho participativo e cooperativista. A ‘ilusão’ do domínio da natureza já assinalado por Marx e Engels no Manifesto Comunista levou à exploração desenfreada dos recursos naturais e à geração de resíduos e poluentes em quantidades catastróficas que mobilizaram intelectuais do mundo inteiro a debaterem a necessidade de políticas voltadas para o meio ambiente.

Neste contexto de mudanças estruturais e fortes reflexos dos problemas gerados pelo neoliberalismo surgem correntes de pensamento que buscam inovar e trazer alternativas ao modelo imposto e propiciar uma nova mentalidade de economia e prática social.

Paul Singer, por exemplo, defende uma nova economia, aquela pautada na solidariedade em vez da competitividade. Neste modelo, os indivíduos ao invés de competirem entre si e buscarem o acúmulo de bens, devem cooperar entre si. Assim, ‘cada um desempenha uma atividade especializada da qual resulta um produto complementado pelos produtos de outras atividades’. Neste raciocínio, ‘um médico só pode curar um paciente com a ajuda dos remédios ou pelos serviços prestados pelos hospitais. Dentro de cada empresa os trabalhos do operário, do engenheiro, do contador devem se combinar harmoniosamente para atender as necessidades do cliente. (SINGER, 2002).

Essa rede de mercado citada por Singer se difere do modelo neoliberal pelo caráter não lucrativo e não competitivo das atividades. Assim, a lógica solidária é mercadológica na medida em que estabelece relações de produção compra e troca de bens, mas não é baseada na expropriação do trabalho nem na separação entre capitalistas e produtores, mas na lógica da solidariedade e cooperação recíproca.

Singer exemplifica a diferença entre empresa capitalista e empresa solidária. Para ele, enquanto uma empresa capitalista escalona salários segundo as regras da demanda do mercado, na empresa solidária os sócios (e não empregados) realizam retiradas conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembléia, as retiradas que podem ser desiguais desde que a diferença seja tolerável, conforme John Rawls que teoriza uma desigualdade que sirva para ajudar os menos favorecidos e, portanto, que não seja gritante.

Outra diferença crucial entre empresa capitalista e solidária assinalada por Singer está na forma de gestão. Enquanto a primeira, baseada na competitividade e acumulação do lucro aplica o modelo heterogêneo de administração hierárquica onde as ordens surgem de cima para baixo, as solidárias funcionam por meio de autogestão, ou seja por meio de assembléias ou deliberação colegiada.

Tomando esse modelo discutido por Singer, podemos ver que as cooperativas, muito comuns nas atividades de Coleta Seletiva, se destacam e percebemos claramente o surgimento de uma nova forma de economia que une solidariedade e coletividade.

Dentro da mesma perspectiva, Luiz Inácio Germany Gaiger, reunindo estudos sobre empreendedorismo solidário, foi a partir da chamada ‘crise do trabalho’ resultante do processo histórico, da automação e do modelo especulativo global que surgiram formas alternativas de organização e economia baseadas nos princípios da solidariedade visando à geração de renda e combate ‘à crise acentuada pela atual reestruturação econômico-produtiva do capital, trazendo o surgimento deste tipo de empresa chamado de EES – Empreendimentos Econômicos Solidários. Vale ressaltar que Gaiger frisa bem a diferença entre este tipo de empreendimento e aquele que também é gerado pelo trabalho coletivo, porém tem seu excedente produtivo retido por uma minoria.

Há casos de pseudo cooperativas, que ao invés de aplicarem os princípios de coletividade não só na produção, mas na repartição dos bens obtidos (monetários ou materiais), aplicam a mesma lógica capitalista de retenção dos bens restrito à cúpula ou a poucos membros e não para a coletividade dos cooperados. Definitivamente este não é um modelo de EES defendido por Gaiger e que infelizmente na atividade de coleta seletiva é muito comum, já que catadores muitas vezes são explorados para gerar lucros cada vez maiores aos comerciantes de material reciclável.

Numa abordagem mais abrangente e apresentando uma preocupação filosófica e otimista, o geólogo e economista Marcos Arruda conceitua defende a ‘radicalização da democracia e ética da cooperação solidária’ apontando o cooperativismo como modelo inovador e fruto de um ‘movimento de globalização da consciência humana, baseada numa ética superior. Arruda propõe então, a substituição da *globalização competitiva* pela *globalização cooperativa* que trata da eliminação do mercado, mas na instauração de uma

nova lógica pautada numa mudança cultural de valores, comportamento e relações (LECHAT, 2004).

Dessa maneira, podemos inferir que uma política pública do trabalho efetiva deve absorver, pelo menos em parte, os pressupostos apontados por estes e outros estudiosos da Economia Solidária que buscam, sobretudo o fortalecimento de ações de solidariedade e reciprocidade como pilar de uma nova lógica de mercado não mais pautada pela expropriação e precarização do trabalho, apropriação predatória dos recursos naturais, exclusão social, mas na valorização do trabalhador, do ser *humano* e relações de cooperação em lugar da competição.

É com esta ótica que buscaremos entender a forma, mecanismos e efeitos sociais exercidas pela Coleta Seletiva Solidária na cidade de João Pessoa e seus reflexos nas relações de trabalho.

A Coleta Seletiva como uma questão social

Resumidamente, podemos destacar que Coleta Seletiva teve origem na Europa, por meio da Alemanha e França como pioneiras na adoção de medidas destinadas a equacionar a questão dos resíduos sólidos. A política francesa de resíduos foi estabelecida em 1975 que ao longo das décadas de oitenta e noventa, adquiriu força na questão da responsabilização de empresas quanto à destinação e reciclagem de embalagens se tornando fortemente engajada na modernização do gerenciamento de resíduos sólidos. (JURAS, 2005).

Na Alemanha, a política de resíduos se consolidou por meio da Lei de Minimização e Eliminação de Resíduos em 1986 que em 1994, foi substituída pela Lei de Economia de Ciclo Integral e Gestão de Resíduos, que obrigou os fabricantes e os distribuidores a aceitar a devolução de vasilhames e embalagens e a conduzi-los a uma recuperação material independente do sistema público de eliminação de resíduos. A União Européia vem adotando severas políticas na redução e reciclagem de resíduos. (JURAS, 2005).

Já no Brasil, a primeira experiência de coleta seletiva ocorreu em 1985, em Niterói (RJ), em São Francisco, bairro residencial e de classe média. O registro das experiências brasileiras de coleta seletiva teve início em 1993, com a publicação da coletânea “Coleta Seletiva de Lixo – experiências brasileiras”, e a partir de 1994, vem contando com a divulgação de experiências de entidades como a CEMPRE - Compromisso Empresarial Para Reciclagem (Ribeiro & Besen, 2007). As primeiras iniciativas organizadas de coleta seletiva no Brasil tiveram início em 1986. Destacam-se, a partir de 1990, aquelas nas quais as administrações municipais estabeleceram parcerias com catadores organizados em associações e cooperativas para a gestão e execução dos programas (EIGENHEER, 1993).

Registra-se, com destaque, o 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras em Brasília, em junho de 2001, e onde foi lançada a Carta de Brasília - documento que expressa as necessidades do grupo. Em 2003, o 1º Congresso Latino-americano de Catadores, em Caxias do Sul (RS), reuniu catadores(as) de diversos países e divulgou nova carta sobre a situação desses trabalhadores

na América Latina, unificando a luta e fortalecendo ao que mais tarde veio a ser o MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Após a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo, a partir do Decreto s/n de 11.09.2003, surge a iniciativa governamental de unir coleta seletiva e valorização da mão de obra desta atividade, os catadores. Em 2006, o Decreto 5.940 de 2006 em seu Parágrafo I, Art. 2.º, trouxe o conceito de Coleta Seletiva Solidária, como a “*coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis*”. Este ato legislativo ajudou a agregar valor ao trabalho dos ‘catadores de lixo’ ou Agentes Recicladores como preferimos chamar, visando à sua inclusão social e geração de emprego e renda por meio do cooperativismo, identificando o forte potencial econômico e socializador do reaproveitamento e reciclagem de materiais.

A partir da reflexão sobre os diversos desdobramentos da Coleta Seletiva Solidária, a indagação central que o artigo apresenta é: E, em que medida a coleta seletiva se constitui de fato em uma política pública de corte social com capacidade de gerar renda e incluir socialmente segmentos da sociedade, excluídos do mercado formal de trabalho?

Desta forma, há que se refletir sobre os avanços e desafios da Coleta Seletiva Solidária gerando os seguintes questionamentos: Qual é o projeto de Coleta Seletiva em João Pessoa? Como vem atuando as Secretarias e instituições municipais? Quais são as cooperativas que atuam na cidade de João Pessoa e quais as suas principais dificuldades e formas de atuação? Qual é o perfil dos catadores de lixo? Qual é o principal mercado de materiais e fontes geradoras de resíduos? Quais os indicadores adequados para se avaliar o sucesso da Coleta Seletiva Solidária? Quais são as relações de poder que se estabelecem entre os diversos atores envolvidos? Quais as representações e práticas sociais concretas de solidariedade e consciência ambiental? Estas indagações servirão de base para a construção de uma reflexão sociológica da Coleta Seletiva Solidária e a sua institucionalidade, via política pública integrada com foco no trabalho, solidariedade e na consciência ambiental.

Conforme demonstrado pelas experiências acima relatadas, a Coleta Seletiva vem ganhando cada vez mais destaque a partir de toda a discussão ambiental acrescida da questão da inclusão social dos *catadores*, enquanto trabalhadores. Esta atividade que forma uma verdadeira rede social que envolve catadores, produtores, indivíduos e Estado se torna um tema sociológico de grande notoriedade e interesse de investigação.

Tendo o trabalho coletivo e a geração de renda como pontos cruciais para o sucesso da Coleta Seletiva Solidária, a unificação de forças de diversos setores sociais e econômicos é fundamental. No caso de João Pessoa, envolve o município e suas secretarias, grupos sociais como cooperativas e associações, entidades e interesses difusos que se interagem constantemente, denotando a necessidade de estudar e entender melhor esta ação oriunda de uma política pública já posta em poder público federal, mas ainda sem consolidação no âmbito estadual e municipal.

Outro fator intrigante é que a coleta seletiva não se restringe à separação e coleta de resíduos, mas trata da redução do consumo desenfreado, do reaproveitamento e reciclagem de

materiais e da inclusão de trabalhadores que estão espalhados por todo o país, mas estão desamparados nos seus direitos sociais e trabalhistas, pois como já diria Godelier, no modo capitalista:

Sem dinheiro, sem recursos, não há existência social nem mesmo, afinal, qualquer existência, material, física. Esta é a raiz dos problemas. A existência social dos indivíduos depende da economia e os indivíduos perdem muito mais do que um emprego quando perdem seu trabalho ou não encontram um. O paradoxo próprio das sociedades capitalistas é que a economia é a principal fonte de exclusão dos indivíduos, mas esta exclusão não os exclui apenas da economia. Ela os exclui ou os ameaça, a longo prazo, de exclusão da sociedade. (GODELIER, 2001)

Este grupo de trabalhadores além de grandioso também apresenta forte potencial produtivo, porém pela marginalidade na qual estão inseridos, possui uma renda ínfima e está sob a exploração do modelo neoliberal de economia. Esta situação se caracteriza como grave se justificando assim, pesquisas que quantifiquem e qualifiquem melhor não somente o trabalho dos catadores, mas toda a rede de trabalho que envolve a Coleta Seletiva Solidária, denotando sua forte relação com a Linha de Pesquisa em Política Pública e Trabalho.

Para Paul Singer “A coleta seletiva, além de contribuir significativamente para a sustentabilidade urbana, vem incorporando gradativamente um perfil de inclusão social e geração de renda para os setores mais carentes e excluídos do acesso aos mercados formais de trabalho” (SINGER, 2002). Esta concepção corrobora com a importância assinalada por este projeto de pesquisa do tema Coleta Seletiva para os estudos sociológicos.

A relevância do tema também se dá pela característica integradora que a coleta seletiva possui, confluindo para uma mesma ação, diversas políticas públicas como aquelas voltadas para educação, meio ambiente, saúde e trabalho, valendo destacar assim, a necessidade de sua melhor compreensão, divulgação e otimização de resultados positivos, bem como, buscar alternativas para a suas falhas por meio de um estudo na Linha de Pesquisa em Política Pública e Trabalho.

Assim, levando-se em consideração toda rede de sujeitos e atores, a relação entre o tema e a linha de pesquisa aqui adotada se revela de alta pertinência para um estudo aprofundado, sendo imprescindível pesquisar, criticamente e qualitativamente, esta imensa rede social, buscando identificar não só as possibilidades de sucesso, mas também as dificuldades e limitações da prática de Coleta Seletiva Solidária.

A proposta de avaliação

Dado que o governo federal já formulou as diretrizes gerais, bem como alocou recursos humanos e orçamentários para implementação de uma política pública para a Coleta Seletiva Solidária no país, por meio do Decreto n.º 5.940 de 2006 e pelo Decreto de 11.09.2003 que cria o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, resta-nos analisar as ações desenvolvidas no âmbito municipal para enxergarmos o alcance das ações adotadas no cotidiano das pessoas, bem como avaliar a eficácia e eficiência da política pública formulada pelo governo federal. Assim, o objetivo geral para pesquisas futuras

consiste em avaliar o programa de Coleta Seletiva Solidária e a sua institucionalidade, como política pública do trabalho cooperativado no município de João Pessoa/PB.

Vale lembrar que no caso específico de João Pessoa, a política em questão encontra-se em plena fase de implementação, restando um longo caminho para sua consolidação e apreensão dos primeiros resultados, porém a avaliação dos princípios, método e papéis sociais envolvidos, se fazem de alta relevância para a compreensão e avaliação desta fase de implementação do programa.

Assim, para identificar mecanismos e elementos da qualidade e alcance do programa em questão, foi necessário um amplo entendimento da sua concepção e execução, da identificação dos princípios, desenvolvimento e resultados do programa de Coleta Seletiva Solidária da cidade de João Pessoa. Deve-se ainda, compreender o papel social dos indivíduos envolvidos com a coleta e separação de resíduos buscando compreender seus contextos e vivências, bem como as relações que se estabelecem entre os mesmos e a diversas instituições envolvidas.

Assim, os objetivos específicos para avaliação da política são:

1. Identificar os principais marcos legais, princípios e metodologia estabelecidos pelo governo federal para a política pública de Coleta Seletiva Solidária;
2. Identificar os atores envolvidos e seus papéis na rede social estabelecida pela Coleta Seletiva Solidária, e
3. Gerar indicadores qualitativos e quantitativos do trabalho dos catadores na Coleta Seletiva Solidária do município de João Pessoa/PB.

Para avaliar a política da coleta propomos realizar uma pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizando ferramentas como análise teórica do tema, observação in loco, entrevistas gravadas e transcritas, registro fotográfico e videográfico e ainda, a aplicação de questionários junto aos atores do processo.

- Levantamento e análise bibliográfica;
- Conversas informais com gestores municipais e catadores;
- Participação de eventos sobre coleta e reciclagem de resíduos;
- Observação de atividades de coleta seletiva em diferentes cidades.

Considerações preliminares

Não obstante à finalização da pesquisa proposta que carece de muito mais tempo e dedicação para aferição de dados e índices quantitativos precisos, podemos extrair algumas observações de cunho qualitativo, a partir dos métodos acima descritos que foram desenvolvidos num período de cerca de 2 meses. Estas primeiras observações poderão servir de base para futuras discussões sobre o tema da coleta seletiva solidária.

Assim, chegamos a pelo menos seis observações preliminares:

- a) O tema da coleta seletiva adquiriu destaque na mídia e discussão acadêmica, embora a política nacional de resíduos ainda não esteja devidamente consolidada, o que dificulta a ampliação do tema da reciclagem de materiais;
- b) Atualmente, só existem duas cooperativas de coleta e reciclagem atuantes na cidade de João Pessoa, a saber: ASTRAMARES e ACORDO VERDE. Ambas ainda em fase de consolidação dependem do apoio da EMLUR – Empresa Municipal de Limpeza Urbana no que tange ao transporte dos resíduos coletados, bem como da estrutura dos galpões de triagem construídos pela prefeitura de João Pessoa;
- c) A cidade de João Pessoa ainda não aplica a Coleta Seletiva efetivamente, embora já possua núcleos formais em sua estrutura, um decreto municipal e uma comissão mista, voltados para o tema;
- d) Existe a necessidade de uma campanha forte e integrada para a conscientização da população para efetivamente realizar separação de resíduos em suas casas e trabalho;
- e) Ainda existe um grande número de catadores que não estão organizados na forma de cooperativa e sua mão-de-obra é cruelmente explorada por atravessadores, geralmente ligados a lojas de ‘ferro-velho’, e
- f) Por força do Decreto n.º 5.940/2006, vários órgãos públicos federais ao menos destinam coletores divididos em cores para separação de resíduos em várias cidades do estado e do país, embora a seleção não seja realizada em larga escala.

Obviamente, as observações acima descritas estão longe de esgotar as inúmeras possibilidades de atuação do poder público, catadores e empresa e toda a sociedade envolvida na atividade de Coleta Seletiva Solidária.

O cooperativismo ainda é uma forma de organização em pleno estágio de desenvolvimento e consolidação e depende fortemente do poder público e seus investimentos financeiros e humanos para sua sustentação e sobrevivência.

As primeiras observações apuradas nesta pesquisa servirão de base para o aprofundamento e amadurecimento da avaliação de uma política pública voltada para a Coleta Seletiva Solidária. Os dados obtidos são ainda preliminares, mas já apontam alguns caminhos de onde e como podemos interpretar, a partir da visão dos agentes envolvidos, como diria Marx Weber, sua realidade, características, necessidades, buscando identificar quais as ações sociais são necessárias para a concretização de uma política pública social voltada para o trabalho de coleta e reciclagem.

Notas

¹ Mestre – Departamento de Geografia da UNB – Coordena a Comissão de Coleta Seletiva do DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). Realiza pesquisas na área de reciclagem de resíduos sólidos.

² Do artigo “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”, 2004.

³ Conceito de Sônia Draibe. *in* M. As políticas de combate à pobreza na América Latina, 1990.

^{iv} Segundo Maria Ozanira Silva. *in* O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil., 2007.

^v Conceito extraído do sítio do Ministério do Trabalho.

^{vi} Pensamento dialético da luta de classe de Karl Marx e Friedrich Engels a partir do Manifesto Comunista – 1848.

Referencias Bibliográficas

ALVES, G. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial.** Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009

ALVES, G. & ANTUNES, R. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004

ANTUNES, R. **As dimensões da crise no mundo do trabalho.** *In* Olho da História N.º 04, Revista de História Contemporânea, junho, 2001.

_____. **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

DRAIBE, S. M. **As políticas de combate à pobreza na América Latina.** *In: São Paulo em Perspectiva*, v. 1, n. 2, p. 18-24, abr./jun., 1990.

EIGENHEER, E. M. (Org.) **Coleta seletiva de lixo.** Rio de Janeiro: Iser, 1993.

GAIGER, L. I. G.(org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2004.

GODELIER M. **O Enigma do Dom.** 1º capítulo, Editora Civilização Brasileira, 2001.Fonte: Coojornal - Cooperativa Jornalística Digital (www.riototal.com.br/coojornal/).

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna,** São Paulo, Edições Loyola, 1992.

_____. **Neoliberalismo como destruição criativa.** Interfacehs, 2007.

_____. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

JESSOP, B. **O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2009, vol.17, n.33 [citado 2010-06-28], pp. 131-144 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000200010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-4478. doi: 10.1590/S0104-44782009000200010.

JURAS, I.A.G. M. **Legislação Sobre Resíduos Sólidos: Exemplos Da Europa, Estados Unidos E Canadá.** Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

LECHAT, N. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil.** Campinas. Unicamp. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2004.

RIBEIRO, H. & BESEN G. R. **Panorama da Coleta Seletiva No Brasil: Desafios e Perspectivas a partir de três Estudos De Caso.** INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, Artigo 1, ago 2007.

SANTOS, B. S. (org). **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, M. O. S. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2007, vol.12, n.6 [cited 2010-06-28], pp. 1429-1439 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-1232007000600006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. doi: 10.1590/S1413-81232007000600006.

SENNETT, R. **A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp